

HABITAÇÃO E CIDADE: ORDENAÇÃO DO ESPAÇO NO MUNDO CLÁSSICO

Francisco Marshall

Pensar o espaço junto aos fundamentos da cultura implica, preliminarmente, compreender as propriedades específicas das várias ontologias antigas em seus acidentes históricos fundamentais, um cotejamento possível à luz dos escritos transmitidos pela tradição e à vista dos remanescentes materiais das civilizações antigas. Essa compreensão, entretanto, deve ser precedida pelo entendimento do que consiste pensar a História em plano ontológico. Trata-se de operação que, deitada sobre o plano histórico, nos remete às noções e conceitos de natureza, de tempo e de espaço, assim como a noções relativas à norma do mundo e à condição humana. Esses aspectos essenciais da experiência histórica (noções e qualidades de caráter ontológico) expressam-se como sistemas culturais complexos, articulados em conjuntos de relações cósmicas (diga-se: sistemas de relações culturais) que propriamente definem a identidade e a complexidade das várias culturas.

A cidade, espaço ordenado de vias e prédios, é a expressão material e espiritual mais grandiloqüente desses fundamentos ontológicos ora visados. Por esta razão, será aqui não apenas descrita em seus princípios e eventos, mas também pensada como manifestação de códigos culturais muito densos, característicos do mundo antigo e transmitidos desde então, através dos tempos e à atualidade. Cidades, habitações, altares, templos, ruas e avenidas, assim como artefatos, epígrafias e demais materiais arqueológicos, serão, então, pistas e evidências que, lidas entre escritas gregas e latinas, nos indiciarão princípios de alto poder explicativo sobre a experiência histórica originária, e de proveitosa utilidade como referência trans-histórica.

Francisco Marshall é professor no Departamento e no Programa de Pós-Graduação em História do IFCH/UFRGS e no Programa de Pós-Graduação em Artes Visuais do IA/UFRGS, doutor em História Social, coordenador do Núcleo de História Antiga www.ufrgs.br/antiga) e diretor do Museu Universitário PROEXT/UFRGS (www.ufrgs.br/museu).

Interessam-nos, aqui, as concepções de espaço gregas e romanas, assim como suas relações de continuidade e diferenças (mediadas pelo helenismo). Esses casos, expressos em práticas de habitação e cidade e em teorizações do fato urbano e arquitetônico, enraízam-se em práticas arcaicas, orientais e mediterrânicas, mas convalidam-se também como chave e referência para outros contextos de recepção do urbanismo antigo, tais como o urbanismo e a arquitetura renascentistas, o urbanismo colonial ibérico² e noções de espaço convertidas em normas urbanísticas ainda hoje muito praticadas, mormente a norma ortogonal e demais subnormas dela derivadas. Assim, com o estudo do antigo em grau de fundamento, lermos também algo do passado remotíssimo, da modernidade e da contemporaneidade, unindo vários passados ao presente e ao futuro.

Esta leitura só será possível se tivermos conosco uma clara noção do sentido do mito, de sua relevância como instrumento de estudo e princípio explicativo da História das sociedades clássicas antigas, da bacia do Mediterrâneo. No atual paradigma da ciência humanística,³ esta conceitualização teórica deve, primordialmente, articular o mito com os fenômenos da memória e da linguagem; discursos (gráficos e imagéticos) passam, então, a atuar como forjas históricas e evidências acessíveis das ideologias e demais concepções metafísicas (noções, conceitos, crenças, afetividades, imagens e expectativas) outrora eficientes na criação do tempo histórico. Essas concepções metafísicas constituem e constituíram, precisamente, a identidade histórica de cada cultura, e, em sua heterogeneidade, estão sempre prontas para se reconciliar em visões integradoras da sociedade e da cultura, que avancem na recomposição do maior volume de indícios da experiência antiga e em sua compreensão articulada. Algo desta totalidade perdida será aqui recomposto, mediante o estudo histórico das teorias do espaço antigas, em seu nucleamento mítico e conceitual, na análise de modelos históricos e no estudo de casos arqueológicos.

Além do conhecimento do mito como conceito e como propriedade cultural essencial dos povos antigos, deve ser equacionado também o problema da transmissão histórica dos mitos na Antigüidade e da cultura clássica desde então aos dias atuais, com o que se poderão compreender os mecanismos por que se processam vinculações históricas, de como um tempo se encerra em discursos, espaços, imagens e conceitos e como este conjunto de indícios, reunidos cosmeticamente como imagem do tempo histórico, é lido, relido, traduzido e reaproveitado em diferentes programas históricos, relativos aos contextos de recepção.

Desde que tornado conceito⁵ e especialmente a partir de sua brilhante lapidação por ilustres mestres e artesãos do humanismo acadêmico do sé-

culo XIX até o dias atuais, o mito emancipou-se como categoria de descrição do real e potencializou sua capacidade de explicar de modo articulado uma cultura em toda a sua complexidade histórica.⁶ Em uma perspectiva interdisciplinar, preocupada com o fenômeno histórico originário, as articulações dos conceitos de mito, cultura e sociedade tornaram-se, então, as chaves para a descrição e a compreensão da identidade das experiências históricas antigas, em uma história da cultura realizada como antropologia ou psicologia histórica.⁷ Mais do que um conceito fechado ou construção universal, este conceito apresenta-se hoje como um circuito de categorias unindo a antropologia, a filologia (e demais ramos da lingüística, inclusive a crítica literária e a semiótica analítica), a sociologia histórica, a arqueologia, algumas vertentes da psicologia e também os estudos de folclore; é ferramenta predileta também de muitos campos ensaísticos. Uma vez que todas essas vertentes e abordagens orbitam, em maior ou menor grau, com maior ou menor sucesso, em torno de uma fenomenologia histórica fundamental, dá-se naturalmente a presença de Clio, sempre com graves conseqüências analíticas e epistemológicas.

Reconhecendo, então, a relevância histórica e categorial do mito e conhecendo mito e rito em seus princípios fundantes, podemos estudar o espaço antigo, espaço ordenado por uma determinação cultural que se vê e que se apalpa em seus remanescentes arqueológicos. As ruínas, nesta acepção, nos reportam a projetos e práticas, modos de vida e de organização social, hierarquias de valores sociais e de poderes, usos da riqueza, do tempo e dos materiais, visões da natureza e da história; ruínas, portanto, que aqui recuperamos também como uma espécie de fetiche epistemológico, um lugar de retorno do olhar em busca daqueles princípios antigos que outrora gravaram-se em cada remanescente das antigas civilizações, por vários milênios.

Compreender a cidade como cultura implica, ademais, associá-la à linguagem. Implica perceber a ordenação do espaço como discurso, e o discurso como expressão de concepções mais profundas, ligadas à estrutura ontológica própria de cada experiência histórica (doutrinas do espaço e, assim, noções de natureza, do tempo e dos demais aspectos históricos dos princípios fundantes da ontologia antiga). Compreender esta dimensão mais profunda da cidade, suas relações e projeções, implica perceber ruas e casas, templos e altares como semantemas de códigos culturais mais densos, semantemas cuja sintaxe descreve exatamente a identidade e o perfil visível de uma cultura. Nestas escritas da cidade e do espaço, aparecem mitos e ideologias, valores, noções e conceitos, em um vocabulário complexo; sua interpretação, portanto, é de or-

dem também semiológica, em uma semiótica histórica destinada a identificar, desmembrar, reagrupar e comparar os distintos códigos, desde sua formação, e em seus radicais, até os vários acidentes históricos ao longo dos séculos. Este é, também, um modo objetivo de se pensar a tradição, ou melhor, as diversas tradições, reproduzidas sobre a cidade, principal território da memória.

Assim, ao estudarmos aqui a fenomenologia da cidade antiga, estamos recuperando algo do modo com que gregos e romanos antigos percebiam e enfrentavam (consagrando, domesticando, reprimindo, civilizando, ordenando) o espaço, instaurando de modo recorrente sua cultura. É útil lembrar que temos em vista aqui exatamente duas das expressões culturais mais significativas do mundo antigo: habitação e cidade. *Polis* e *oikos*, *urbs* e *villa*, *civis* e *domus*, cidade e morada, estão entre os produtos fundamentais da experiência de gregos e romanos antigos, transmitidos como conceitos e como códigos culturais desde a Antigüidade aos tempos atuais, inclusive por meio de teorias, de plantas e pinturas e também dos vários projetos políticos inerentes ao projeto de cidade.

Em uma dimensão maior, o fato urbano e a célula habitacional são referências que unem o vale do Indo à Mesopotâmia, o Egito à Fenícia, a Grécia à Etrúria, Roma à África, em um circuito cultural pródigo na transmissão de códigos essenciais (como a escrita e a moeda, e também, em certa medida, o Estado e a religião instituída). O desenvolvimento da cidade, conformado no mundo antigo, cimentou-se em diferentes concepções de espaço realizadas e distribuídas neste amplo território, todas elas expressas em grande variedade de ordenamentos urbanos, de edificações habitacionais e de altares erigidos por cada cultura, desde o final do neolítico até a Antigüidade tardia, em um arco geográfico de fenômenos que vai de *Mohenjo-Daro* a *Timgad*, de *Harappa* a *Apollonia* romana.

Então, se tratamos a cidade como código cultural originário, pode-se perguntar: como se deu a formação e a reprodução deste código? O que dele tornou-se patrimônio comum? Como se deram as principais modulações e variantes? Em que pontos os casos grego e romano relacionam-se com o substrato antigo mais amplo, oriental ou indo-europeu, e em que diferem? Ao ensaiar respostas a tais questões, estaremos já forjando as ferramentas para pensar uma questão finalizadora: o que, destes códigos urbanísticos antigos, foi preservado, atuando como modelo, ideologia ou princípio em nossos projetos de cidade?

A experiência arquitetônica e urbanística, no mundo antigo, era presidida por normas de ordenação do espaço originadas em diversos mitos e ideologias, os quais foram compartilhados entre os povos anti-

gos em episódios ou estruturas da narrativa,⁸ assegurando à cidade e a toda a atividade edificadora o prestígio de um ato ritual, um rito realizado conforme os modelos celestiais ou ancestrais, realizados dramaticamente ou preservados em narrativas (Eliade, 1990). Edificar era um ato de poder, resultante da atitude de mediação entre os significados transcendentais e o mundo material da cidade, protagonizado por reis e sacerdotes. Na alta Antigüidade, o espelhamento em ordens astronômicas legou um dos primeiros princípios de ordenação do espaço, aquele em que o curso do Sol, nascente e poente, definidor de luzes e sombras, retas e ângulos, determinava também o sentido das ruas e vias, paredes e portas. Este princípio definiu uma das primeiras bases do espaço regado e permitiu o desenvolvimento de normas de disposição do espaço cada vez mais específicas, expressas nos traçados antigos; esta norma tem como predicado a facilidade para unir cidade, zona rural e espaço celestial em um todo ordenado e coeso, e está presente nas antigas cidades do Indo (*Mohenjo Daro* e *Harappa*, ver figura 1) como em diversas plantas mesopotâmicas, gregas e romanas.

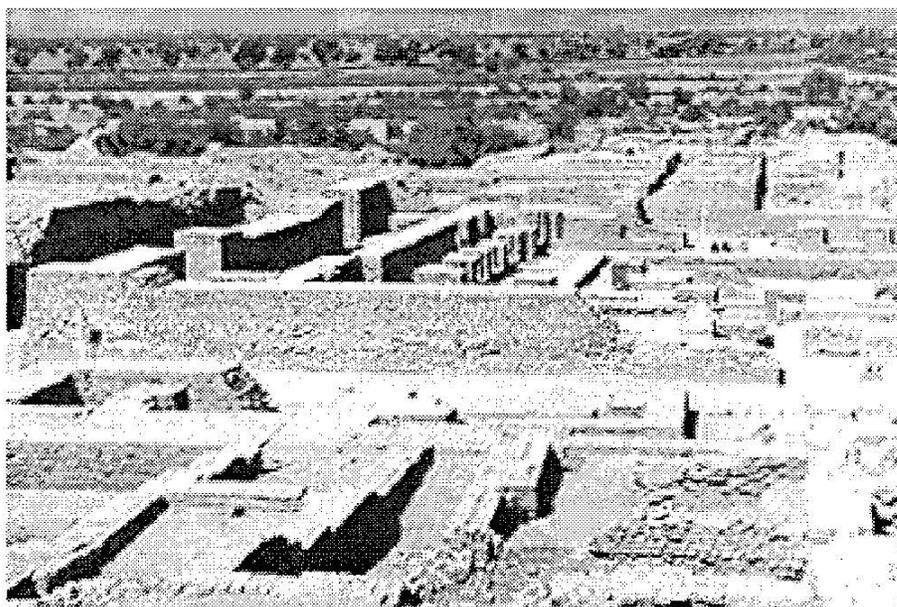


Figura 1 - *Mohenjo Daro*, cidade alinhada, em vista SO-NE.

No caso mesopotâmico, a relação entre cidade e meio rural planejados foi também reafirmada nas projeções de ordens e subdivisões que regiam os sistemas de canalização adjacentes, embora deles não tenhamos notícia arqueológica consistente (Mieroop, 1997). A figura delimitadora do rei, neste quadro, era soberana no estabelecimento do espaço; os atos de autoridade do autocrata e dos altos sacerdotes, afirmados na centrali-

dade do palácio e do templo, estendiam referências espaciais poderosas, provenientes de um universo de sentido transcendental, consubstanciando a ordem celestial e a terrena. A existência destes modelos celestiais corresponde também à afirmação de autoridade e poder típica de ordens estatais ou proto-estatais, mesmo aquelas restritas em âmbito territorial. A norma espacial estabelece uma divisão do espaço e a correspondente hierarquização social, afirmando a fonte promotora dessas normas em sua distinta posição de mediadora entre tempo e espaço celestiais e o mundo terreno. Palácio e templo emergem, nesta paisagem, como centros do mundo realizadores e distribuidores da norma. A vocação à atemporalidade é a consagração do caráter teológico deste tipo de poder, tão freqüente nas sociedades mesopotâmicas desde o III milênio a.C. Fato transitório, a existência humana individual é subordinada a um projeto de História em que poder absoluto e perenidade consagram-se em grandes monumentos, mensagens públicas de uma ordem inabalável. A arquitetura monumental tem sempre, e desde então, um pouco desse projeto de atemporalidade ou perenidade dos poderes imperiais.

No caso grego, por outro lado, o vazio de unidade política e a fragilidade das instituições sociais e políticas, seja condicionados pela crise e desagregação pós-micênica ou tão-somente típicos de uma sociedade que transitou com eficiência para uma economia de pastoreio transumante (Snodgrass, 1987, p.170-210), encontraram expressão no tipo de organização do espaço verificado na época arcaica, momento em que predominava um padrão de referenciação tópica, local, distante dos modelos celestiais e da monumentalidade oriental, assim como da sofisticação arquitetônica minóico-micênica. Sabemos que este é um contexto em que faltam informações arqueológicas e documentos para que se possa aliviar o peso das projeções e das teleologias sobre as interpretações, contexto em que os vazios são também expressões documentais consideráveis; a leitura de Snodgrass prima exatamente pela atenção a estes vazios e visualizar um estado social positivo em um contexto usualmente lido sob conjeturas projetivas (desde Micenas) ou retrojetivas (da pólis arcaica e clássica).

A visão da cidade clássica, do século V a.C., porém, pode ainda indiciar algo da história da habitação e da cidade grega arcaicas, a história dos arranjos locais com que potentados e comunidades delimitaram espaços (quando o fizeram) e aglutinaram interesses coletivos, mediante o estabelecimento de templos e altares. Hoje sabemos com muito maior precisão o quanto a esfera do sagrado decide no processo de estabelecimento do espaço, não apenas na conformação do núcleo simbólico da cidade

(como já sabido por meio do antigo padrão explicativo da origem da *polis*, baseado no sinecismo), mas especialmente na determinação da área de habitabilidade em seus limites e fronteiras. Ricamente evidenciadas pela investigação histórica e arqueológica contemporânea, desde Polignac (1996 [Paris, 1984]) mas com amplos desdobramentos ao longo das décadas de 1980 e 1990,⁹ as relações entre templos, sepultamentos, altares e paisagem articulam-se como nexos referenciadores da comunidade, presidindo a organização do espaço, assegurando identidade, incluindo nas listas da cidade e cooperando na configuração da toponímia local.¹⁰

A cidade de Atenas, que encontramos no século V a.C., revolucionária em suas instituições e magnífica em suas criações do espírito, era, então – e continuou sendo ao menos até a época de Pausânias (século II d.C.) –, uma cidade desproporcionalmente bela e descuidada em seus espaços públicos e privados. O peso de uma evolução espontânea, orgânica, aglutinada em torno da Acrópole, fez de Atenas uma cidade visível de muito longe e gloriosa em seus monumentos, mas desordenada em suas áreas habitacionais e de serviços. Foi essa mesma Atenas clássica, entretanto, que fomentou a primeira matriz do pensamento urbanístico antigo, a teoria e a técnica de Hipódamos de Mileto, então realizadas na reforma do porto do Pireu e em tantas outras cidades da Ásia Menor. Atenas é aqui referida apenas para evidenciar o prestígio de Hipódamos, pois a reurbanização que promoveu naquele porto, arrasado pelos persas, conquanto significativa, não alterou em nada o coração da cidade, como o fez nos casos mais radicais de Mileto, Priene e Olinto. A seguir (figura 2), vemos os resultados da aplicação rigorosa dessa teoria, cognominada “plano hipodâmico” (regido por norma ortogonal, com traçado de ruas e prédios em forma de grade) (Wycherley, 1976, p.18).

Como relacionar este plano rigoroso, de uma aguda racionalidade, com o estado desordenado da cidade, disponível (senão ofensivo) aos olhos de Hipódamos? Qual a condição cultural que lhe permitiu construir e afirmar essa nova teoria da cidade e torná-la um bem cultural representativo? É preciso, para sabê-lo, entender, junto com *Vernant*, que o contexto em que emergiu este discurso ordenador é sobretudo marcado por uma ideologia de simetria e proporcionalidade, fiel à *pólis* que o patrocinou, mas tributário de uma tradição que reflete politicamente sobre a medida, mensurando a ordem social. É preciso perceber a força dos ideais geométricos de igualdade transpostos para o plano social e institucional, como elementos de sustentação do regime democrático clássico, um regime que preferia definir-se como *isonomia* (Vernant, 1983, p.218-241). Norma equilibrada, medida, simetria, ordem e proporcional-

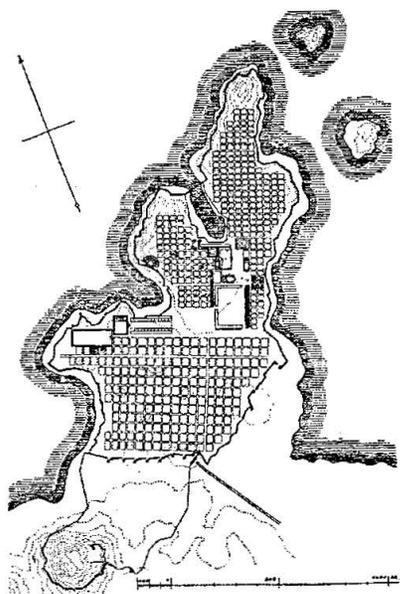
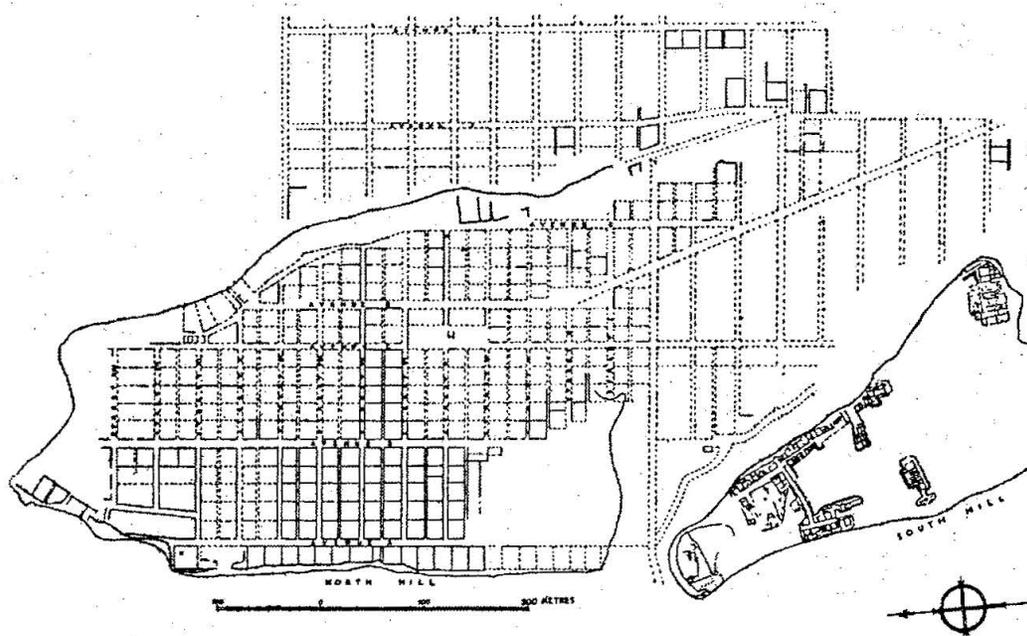


Fig. 3. Miletus (von Gerkan, Taf. 6)

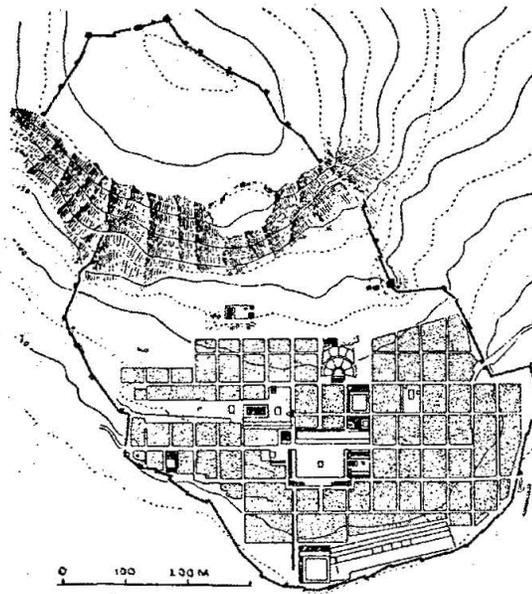


Fig. 6. Priene (von Gerkan, Taf. 9)

Figura 2 - Em sentido horário, desde cima: Olinto, Priene e Mileto.
 Note-se como esta ordem despreza a natureza, impondo-se ao relevo acidentado.
 Fonte das imagens: Wycherley, 1976.

lidade, mais do que derivados de uma suposta ideologia antropocêntrica, prendiam-se, no século V a.C., a uma preocupação de ordem matemática, em uma tradição que liga a Jônia a Atenas e à Magna Grécia italiana, com especial contribuição dos círculos pitagóricos e sua numerabilidade cósmica, também ela fundadora de um plano social isométrico. As reformas de Clístenes, nesse contexto, redistribuindo as tribos, reordenando as instituições políticas e jurídicas e reconfigurando a cidadania sobre uma nova base formal (espacial e institucional), baseada na idéia de simetria, caracterizaram-se pela aplicação revolucionária de princípios geométricos ao plano político, uma transformação que instaurou a democracia clássica e abriu o caminho para novas experimentações sociais no plano da cidade.

O surgimento da teoria urbanística, portanto, conceitualizando uma nova concepção da cidade grega, logo prestigiada como projeto urbanístico, e conformando uma nova ideologia da cidade, logo disseminada em uma política imperial (a partir de Alexandre Magno), pode ser lido como fruto exponencial do assim chamado “iluminismo grego clássico”, estando, por conseguinte, correlacionado semanticamente aos demais discursos especulativos da época, inclusive e particularmente a história, a política e a medicina, como ciências da vida saudável no âmbito da cidade. Gênero literário, experiências sociais ou protociências, elas expressavam o teor da cidade, cercavam-na com apreciações, até mesmo – vítimas da propaganda cívica que eles próprios cunhavam – as entificavam, como se as cidades fossem dotadas de essência ou comparáveis a organismos complexos. No caso da medicina hipocrática e sua escola de Cós – desenvolvida *pari passu* com a escola de Hipódamos –, a saúde coletiva é pensada como resultado da sanibilidade da cidade, sua aeração e insolação; pensam-se aqui as propriedades do corpo, a ordem do espaço e a circulação dos elementos (os ventos Éolo, Zéfiro, Bóreas e Noto, também Hélio, o Sol hiperiônio). A cidade ordenada é o lugar do corpo sadio, império da razão disciplinadora.

Qual a temporalidade desta cidade, projeto afirmado, estandarte de uma das épocas mais densas da história universal? Tempo da ordem, tempo do *logos*, princípio ordenador que apelidamos de razão. Com todos os seus avanços de autoconfiança e triunfo, em que império e etnocentrismo estão inclusos, a razão vaidosa (como comprazeria a Adorno) e seus instrumentos resgatavam a finitude e promoviam a condição efêmera à majestade de uma ideologia triunfante, a ideologia da isonomia, também expressa em uma idéia de cidade. A cidade como ente vivido e pensado, dotado de poderes e propriedades. É este o contexto em que se

desenvolveu a teoria e a obra de Hipódamos de Mileto, e esta a conjunção de valores que fez deste produto cultural acabado (a cidade, seus conceitos e projetos) uma das mais perfeitas ferramentas de representação e afirmação cultural jamais concebidas, uma mensagem histórica atravessando os tempos e arranjando o caminho dos corpos, em um ambiente de ordem e racionalidade no espaço, por onde trafegam sentidos e poderes, do passado aos dias atuais.

Parece um paradoxo que esta cidade grega clássica (hipodâmica), embalada no mesmo berço da democracia clássica, tenha logo se tornado tão útil à expansão imperial greco-macedônica de Alexandre Magno, cerca de um século após Hipódamo, quando o poder ordenador da teoria e o poder disciplinador da ideologia da cidade instrumentalizaram-se como base de dominação, de administração imperial e de aculturação massiva. A história do império greco-macedônico é também a história da expansão da cidade grega, seus projetos e ideologias, um fato que estende geográfica e temporalmente o fenômeno aqui retratado, atingindo o Oriente helenizado até o vale do rio Indo (Préaux, 1984). O paradoxo, entretanto, entre cidade gerada no espírito democrático e cidade instrumento de poder imperial é apenas aparente, pois não apenas a idéia de domínio é inata ao projeto democrático, como também o império é sua contrapartida imediata política e econômica, condicional para a própria sustentação do regime (a impressão de paradoxo deriva da falaciosa associação de imaginários entre democracia grega e república moderna).

No caso da cidade oriental (egípcia e mesopotâmica), em que a primazia do fato urbano e sua magnificência arquitetônica nos aparecem como realizações acabadas, monumentais, não há indícios de teorias, escolas ou escritos especializados; é provável que algum dos milhões de tabletas nunca lidos possa guardar resposta para esta questão, desbaratando o narcisismo helenocêntrico. Enquanto tal achado não se der, é somente em meio à tradição que vai de Hipódamos de Mileto a Vitruvius que temos acesso a teorizações importantes sobre o fato urbano, transformadas em escolas e afirmadas por guildas de arquitetos. Trata-se, no caso greco-romano, de teorizações que se acompanham de novas experiências de cidade – cidades entificadas, instrumentalizadas como projeto e difundidas em modelos e métodos, favorecendo enormemente os respectivos processos de expansão imperial de greco-macedônios e romanos, suas conquistas, ocupações, colônias e guarnições (Martin, 1974, e Ward-Perkins, 1974).

Algo daquele fundo primordial perceptível nas realizações das civilizações orientais, porém, ligando o Indo ao Mediterrâneo, preservou-se nos códigos espaciais romanos arcaicos, expressos nos mitos da fun-

dação de Roma, seus ritos e vocabulários, fonte de princípios que permaneceram atuantes como norma básica do pensamento espacial romano, que orientaram a edificação de cidades e residências, a partir de seus eixos viários. Suas vias e ordens reaparecem, à época de Augusto, na obra de Vitrúvio, que estabelece um nexu eficiente entre a tradição romana e a história do urbanismo greco-helenístico.

O rito básico desse mito de origem é a dramatização delimitadora do espaço realizada por Rômulo, ao fundar Roma, traçando uma linha reta com o arado puxado por junta de bois, estabelecendo e circunscrevendo sua soberania e definindo os territórios em torno dos quais se ordena a cidade. Rito que funda a realeza romana (Poucet, 1984), reiterado sucessivamente e presente até mesmo na iconografia de moedas de cunhagem imperial, por vezes realizadas nas colônias (por exemplo, Tiro) também como ato de delimitação/romanização do espaço. Quanto a esse rito fundador, nada melhor que dar a palavra a *Émile Benveniste*, no verbete *rex* de seu vocabulário, em que define a realeza indo-européia originária e sublinha as relações entre *regio* (região), *rectus* (reto) e *rex*:

É preciso partir desta noção completamente material em sua origem, mas pronta para se desenvolver em sentido moral, para bem compreender a formação de rex e do verbo regere. Esta noção dupla está presente na expressão regere fines, ato religioso, ato preliminar da construção; regere fines significa literalmente “traçar as fronteiras em linhas retas.” É a operação à qual procede o grande sacerdote para a construção de um templo ou de uma cidade e que consiste em determinar sobre o terreno o espaço consagrado. Operação cujo caráter mágico é visível: trata-se de delimitar no interior e no exterior, o reino do sagrado e o reino do profano, o território nacional e o território estrangeiro. Este traçado é realizado pelo personagem investido dos mais altos poderes, o rex. (Benveniste, 1969, p.14).

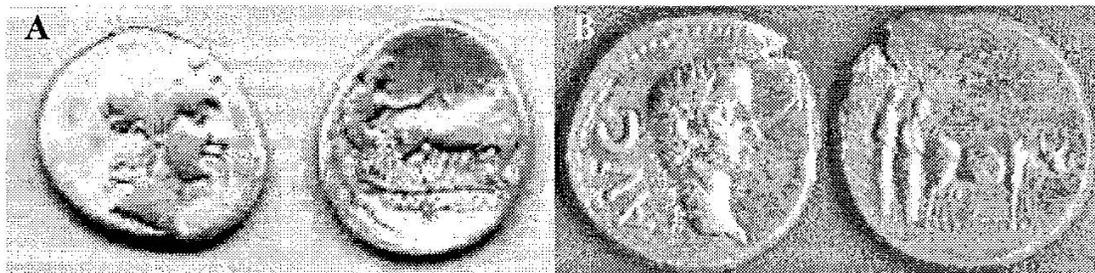


Figura 3 - A: obverso: Apolo laureado; reverso: Augusto sacerdote arando reto, IMP. CAESAR; Ref.: RIC 272, Sear 460, RSC 117. B: obverso: TIB AUG, perfil direito de Tibério; reverso: dois colonos arando o solo com dois bois. Ref.: Sear (GIC) 268, Cohen 195.

Esta delimitação das fronteiras é o ato de estabelecimento do *pomerium* , o limite da cidade. Um ato homólogo é mimetizado na definição do centro da cidade, estabelecido a partir de uma linha disposta de norte a sul, o *cardus* , no meio da qual, espelhando a posição central do Sol e dividindo o território em quatro quadrantes, é estabelecido o ponto de cruzamento em que se traça uma segunda via, *decumanus* , em sentido leste-oeste; sobre estes dois eixos ordenadores, dispõem-se as demais vias e prédios, todos eles estendendo e mimetizando essa norma fundadora. Exatamente na intersecção das vias, em um local por vezes chamado *umbilicus* , enterravam-se oferendas em uma câmara subterrânea, o *mundus* , com que se apaziguavam as divindades íferas e propiciava-se a bonança futura da cidade (Richardson, 1992, p.259-260).

Mais do que ritos originários, de um passado lendário, esses princípios foram o roteiro de um drama cósmico de fundação das cidades (Eliade, 1990) praticado em todas as cidades fundadas por romanos desde a expansão à época da República (séculos III-I a.C.) mas também ao longo do Império; a forma com que estas cidades se dispõem sobre o espaço é sempre um testemunho eloqüente da força destes cânones. Assim, a romanização do espaço realizada por meio da cidade, durante cerca de mais de dez séculos e em toda a órbita do Mediterrâneo, ocorreu a partir da mimese desses ritos de instauração do espaço, qualificados como mitos de soberania e, portanto, indispensáveis para o estabelecimento de um efetivo domínio sobre o território dominado. O traçado retilíneo e ordenado que encontramos em cada cidade romana implantada, mais do que feito da razão ou delícia do administrador, estilo de corporações obreiras ou convencionalismo de burocratas, deve ser lido como a correção da natureza, capaz de pavimentar passagem para a glória imperial romana, glória do domínio universal, *imperium super toto orbis terrarum* ; trata-se da pacificação do espaço que permite a instauração da temporalidade romana, à uma reinauguradora da origem (e suas normas) e afirmadora de uma idéia de eternidade, a eternidade de *Roma Aeterna* . Naturalmente, com as vias e prédios, vão os templos, seus calendários de ritos (intensos, no caso romano), os locais de espetáculos (anfiteatros e hipódromos) e suas agendas, as oficinas e os prédios públicos, escritórios e moradas e seus horários, todos eles instauradores de temporalidade, naquela mecânica íntima do cotidiano em que se geram as noções de tempo e espaço. Uma nova maneira de perceber o Sol, de deixá-lo circular na cidade, de medi-lo em relógios, de associá-lo à glória do soberano autocrata ou à radiosidade de Apolo.

É de se notar que os planos ortogonais das cidades grega (e greco-

helenística) e romana convergem para um modelo de grade urbana a partir de fundamentos e origens diferentes, teóricos, no caso grego, mítico-religiosos, no caso romano. É bem certo que os princípios religiosos etrusco-romanos operacionalizam-se como projeto urbanístico e sofrem, a partir do século III a.C., a influência direta do modelo urbanístico helenístico, encadeando em muitos pontos, a partir de então, ambas as concepções. A cidade romana, porém, guarda especificidades, e dentre elas podemos destacar o papel centralmente ordenador dos eixos viários (*cardo* e *decumanus*), assim como os equipamentos que servem a cidade, desta feita integrando banhos, prédios administrativos, por vezes hipódromos, em adição aos tradicionais teatro, palestra, templos e ágora, típicos da cidade greco-helenística (por vezes complementada com biblioteca e museu). O modelo exemplar da cidade romana, válido tanto para o caso norte-africano como para as demais províncias (Wheeler, 1994), aparece com toda a clareza na planta da cidade de *Timgad*, a seguir reproduzida. Note-se a rigorosa delimitação do espaço, ordenado monumentalmente na norma romana:

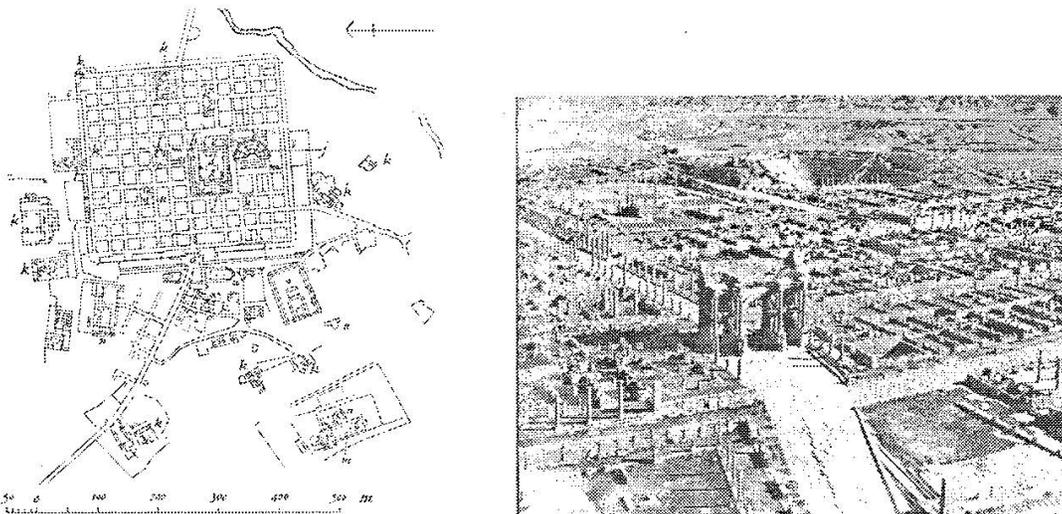


Figura 4

A história da habitação romana, em seus eventos fundadores, não diverge deste fundo, pelo contrário, o reafirma em uma célula, toda ela dotada de cânones e normas perseverantes ao longo dos séculos, cânones estes estritamente projetados a partir do esquadro ordenador encontrado nas vias da cidade. Neste caso, porém, além das normas e ideologias ortogonais típicas do ambiente urbanizado, um grau a mais da entificação é produzido. O escrutínio dessa entificação, que associa a estru-

tura e o desenho do corpo humano à concepção da habitação, foi já realizado de modo muito inspirado por *Richard Sennett* em seu *Flesh and stone* (1994; trad. *Carne e pedra*, 1996). As analogias entre a criação do espaço e a criação de uma corporeidade orgânica também reprodutora de mitos e ideologias são, naquele ensaio (p.84-109), bem identificadas, sem que se perca de vista o tecido da cidade, igualmente expressivo das mesmas concepções, mitos e ideologias do corpo e do espaço. Ao pôr a lente em Vitrúvio, *Sennett* o valoriza, corretamente, em seu duplo caráter de leitor, tributário das concepções clássicas, helenísticas e romanas, e de autor, cujas propostas têm impacto sobre sua época e, especialmente, animam o grande contexto de recepção que foi a Renascença italiana. Abreviando esta reflexão e focando-a em seu melhor indício, vou aqui apresentar um artifício visual que melhor demonstra a ótima teoria de *Sennett*; ao fundo, o Panteão de Agripa, (edificação datada, de fato, da época de Adriano), marco da teoria espacial vitruviana. Sobreposto, em transparência, o famoso desenho do “Homem de Vitruvius”, de *Leonardo da Vinci*. Quadrado inscrito no círculo, proporção e coesão das partes, no caso, partes atadas no *umbilicus*, tal como estão atados e presos neste ponto central os membros do corpo humano, assim soldados ao tronco. *Umbilicus*, centro do corpo, centro de um mundo proporcional.

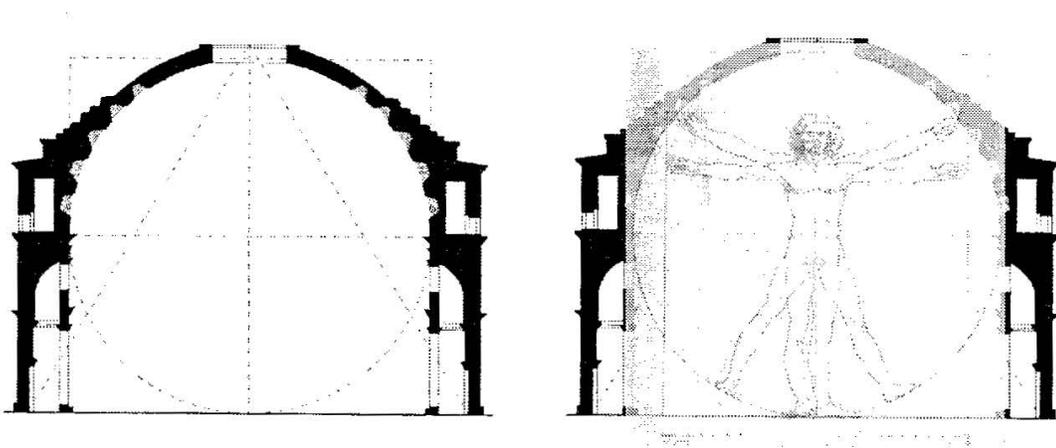


Figura 5 - O Panteão de Agripa, em Roma, e seus eixos.

A folha original de *Leonardo* contém comentários ao *De Architectura* de Vitruvius.

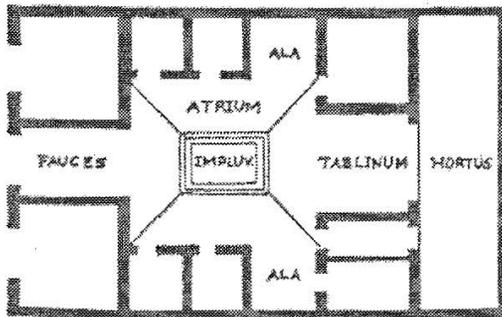
Desnecessário frisar, aqui, a relevância desses modelos na arte e arquitetura renascentista. Desde que foi redescoberta na Abadia de Monte Cassino, em 1415, a obra de Vitruvius não cessou de ser lida e comentada por gente como *Leonardo*, *Bramante*, *Michelangelo* e *Bruneleschi*; o *De Re Aedificatoria*, de *Alberti*, o *Tratado das Cinco Ordens da Arqui-*

tectura, de *Vignolla*, e *I Quattro Libri dell'Architettura*, de *Palladio*, são inteiramente baseados em Vitrúvio, assim como o melhor da grande arquitetura renascentista e muito da barroca, incluindo-se aí a Basílica de São Pedro e toda sua progênie mundo afora, entre muitas outras. Daquela grande empresa a que chamamos Renascença, Vitruvius é sócio majoritário, compondo com Ovídio, Platão e Plotino a maioria do conselho acionário. Assim, fornecedor dos cânones ora revalidados, o mundo romano representado em Vitruvius vem forjar a modernidade, que se enxerga exatamente como a lente ou o espelho daqueles princípios fundantes, modelos e autoridades. Ainda há cacos e fragmentos destes espelhos quebrados soltos pelas ruas de nossas cidades – arquitetos pós-modernos freqüentemente neles tropeçam, sem se dar por conta.

Voltando à imagem da habitação antiga, sua proporcionalidade corpórea e os cânones arquitetônicos que presidiam tal construção, é interessante colar aos indícios aqui reunidos a planta de uma das células habitacionais romanas clássicas, a *villa*, de origem etrusca, comum na expansão colonizadora da Itália ao longo dos séculos IV e III a. C., ampliada e adornada nas residências dos balneários luxuosos do sul (Pompéia e Herculano), utilizada intensamente na colonização do norte da África e do Oriente (Hirschfeld, 1994), presente por toda a parte no Império Romano.

A *villa* concentra-se em torno do peristilo (recinto rodeado de colunas), o qual, como centro da casa, rege a disposição dos demais cômodos, via de regra imediatamente adjacentes, em torno do peristilo e seus corredores circundantes. Muitas vezes, o peristilo é depositário das águas colhidas ao céu por meio do *impluvium*, um sistema em que os quatro telhados voltavam-se para o interior, derramando água para um pequeno lago interno, escoado por meio de drenos. O *impluvium* adorna e refrigera no cálido clima italiano, congregando a família e seus visitantes no centro da casa; em torno dele, dispõem-se as áreas íntimas, os quartos, o refeitório, eventualmente um escritório de negócios. Muitas vezes, acrescentam-se cômodos secundários (mais quartos, despensas, depósitos), estendendo a área, mas preservando sempre a referencialidade central do peristilo. Há variações regionais, mas a matriz formal permanece relativamente consistente como tipo referencial ao longo de muitos séculos. Mesmo nas casas mais sofisticadas e opulentas, em que se acrescenta um segundo peristilo e muitos cômodos, este permanece exercendo função ordenadora, regendo a hierarquização dos espaços; um segundo peristilo, portanto, está subordinado ao primeiro, e, do mesmo modo, os espaços relacionados. Mais reservada e solenemente, em geral no canto anterior direito da *villa* em torno dos corredores laterais do peristilo, está a sala do *pater familias*, que lá se

assentava em trono consagrado, junto ao *lararium*, onde se preservavam as imagens, chamas e ritos da religiosidade doméstica. Local solene, de acesso restrito apenas aos convidados da casa, ou a outros privilegiados invasores de outras épocas, como são os arqueólogos.



Domus Italica, plan (Luckenbach). L. Crema, fig. 95, Fototeca Unione

Domus Italica, reconstruction (Luckenbach). L. Crema, fig. 97, Fototeca Unione

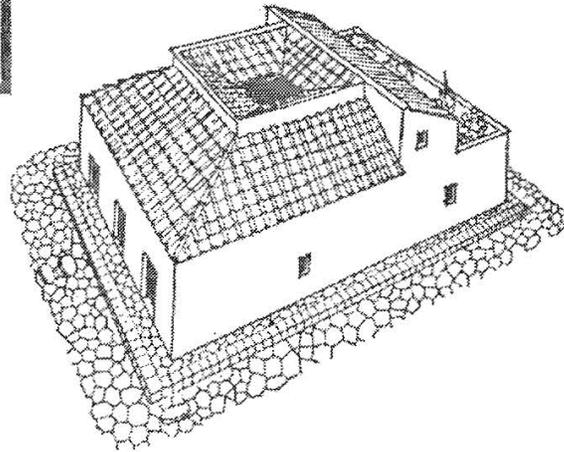


Figura 6 - Mazabotto, a *domus italica*, de época etrusca. Fonte: McKay, 1986, p.22.
A *villa* romana permaneceu fiel a este modelo por muitos séculos.

O tipo anteriormente ilustrado, da famosa *domus italica*, revela a força do modelo etrusco, base para a constituição do padrão arquitetônico do principal prédio habitacional romano. O peso das determinações rituais na consagração, delimitação, edificação e uso desse espaço é típico da religiosidade etrusca, ela própria uma grande matriz para a ritualística romana. Estas determinações preservam-se como projeto, projeto portador da identidade romana e, portanto, afirmador desta personalidade nos espaços conquistados, em correlação com o restante plano urbano. Por essa razão, a *villa* é a edificação preferencial no território das colônias e províncias, um tipo facilmente indiciatório da presença romana, sua extensão e riqueza.

É dessa perspectiva imaginária e conceitual, em que o espaço é identificado em seus princípios fundadores e estes a seu fundo mítico e religioso, como narrativas estabelecedoras de identidade e soberania, que nós vamos, doravante, e já encaminhando o término deste roteiro de leitura, abordar o espaço romano que vimos desvelando em escavações no

Oriente romano, no sítio arqueológico de *Apollonia-Arsuf*, em nossa feliz parceria com a Tel-Aviv University.¹¹ Lá, como principal resultado das escavações conjuntas de 1998 e 1999, se identificou um prédio romano peristilado, uma *villa maritima*, com todas as características definidoras da identidade espacial, da romanidade do espaço em seus cânones mais íntimos. Coloquemos em tela o cenário:

O plano ortogonal, com os seus eixos claramente identificados, o centro peristilado circundado por corredores, com os cômodos distribuindo-se à volta dos corredores, destacando-se o cômodo com nicho, local de culto. Eis a configuração clássica da *villa* romana. Esta ordenação rigorosa, ademais, em plano prático, tem conseqüências proveitosas para o planejamento das próximas intervenções em *Apollonia*, pois estão aí indiciados os eixos com que se ordena a restante grade urbana. A *villa*, suas lamparinas, moedas, ânforas, panelas, fornos e utensílios, é o espaço de romanidade deste sítio, indicativo de um momento da ocupação e do potencial arqueológico, pois ainda não se encontraram fundações de templos, banhos, teatros e outros prédios romanos, tão-somente esse prédio que parece ter sido originalmente uma *villa*, posteriormente adaptada para outros usos (Rech, 1999).

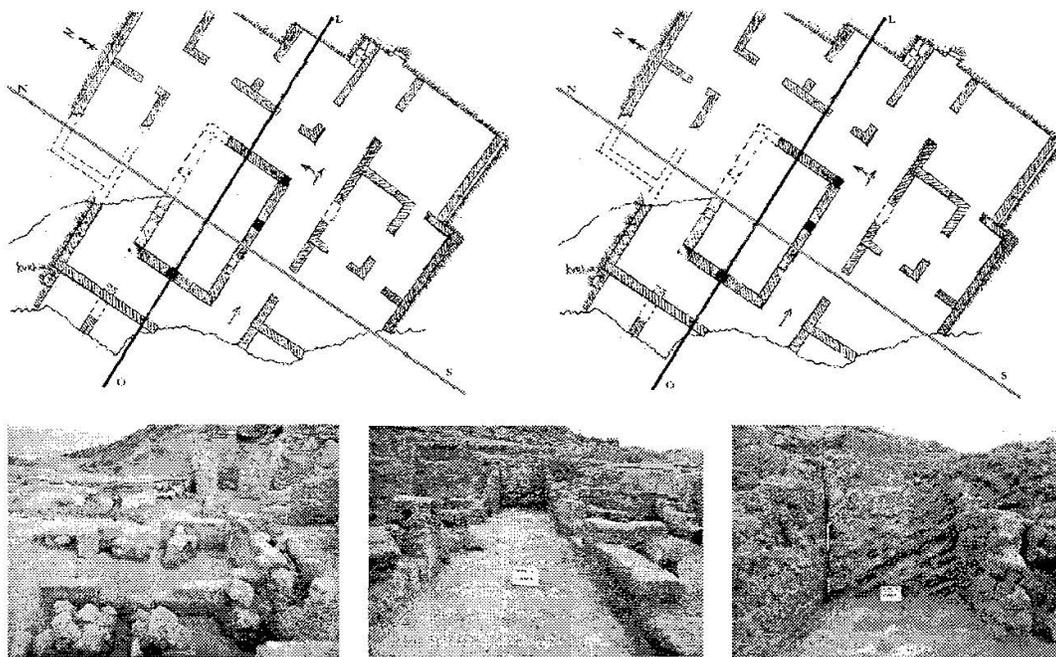


Figura 7 - (Da esquerda para a direita e de cima para baixo) 1. Plano da *villa maritima* de *Apollonia*, em uma anotação de campo de *Israel Roll*. 2. Os eixos norte-sul e leste-oeste, orientando rigorosamente a construção, em posição oblíqua ao recorte do litoral. 3. Fotografia (1998), de sul para norte. 4. Fotografia (1998), de oeste para leste. 5. Detalhe: o nicho, lugar para imagens votivas, na câmara anterior direita da *villa*.

Mitos, projetos, práticas e ideologias associam-se na composição dos padrões reproduzidos em movimentos históricos amplos, como os processos de expansão greco-macedônio e romano e as subseqüentes práticas de aculturação, processos estes concretizados com armas e tropas, mas ratificados com a mimese recorrente de normas e princípios que helenizaram ou romanizaram o espaço. As variações e exceções, naturalmente, escapam ao escopo deste breve artigo, no qual, por dever de síntese, se fechou o foco sobre uma fenomenologia essencialista dos fatos urbano e arquitetônico antigos, ensaiando-se o exame das relações entre urbanismo e ontologia. Os princípios indicados, porém, afirmam-se como matrizes consistentes das culturas examinadas, e podem, em seu grau de fundamento, permitir inferências adicionais sobre as demais sociedades e culturas impactadas por esses códigos, inclusive as sociedades pós-renascentistas, sempre expostas à irradiação do clássico. É considerando este diálogo aberto entre princípios e projetos que se propõe o experimento a seguir, em que as teorias de *Sennett*, *Vitrúvio* e *Leonardo* visitam *Apollonia*; rigorosamente falando, estas teorias já estavam lá, inscritas nas estruturas e alicerces de nossa *villa*, permitindo que se compreenda cada traço e cada vestígio na sua real grandeza, em sua positiva relação com o projeto cultural mais amplo, que tem ordenado cidades, vias e moradas desde os tempos de Rômulo e que se expressa em fundamentos até hoje bastante eficientes.

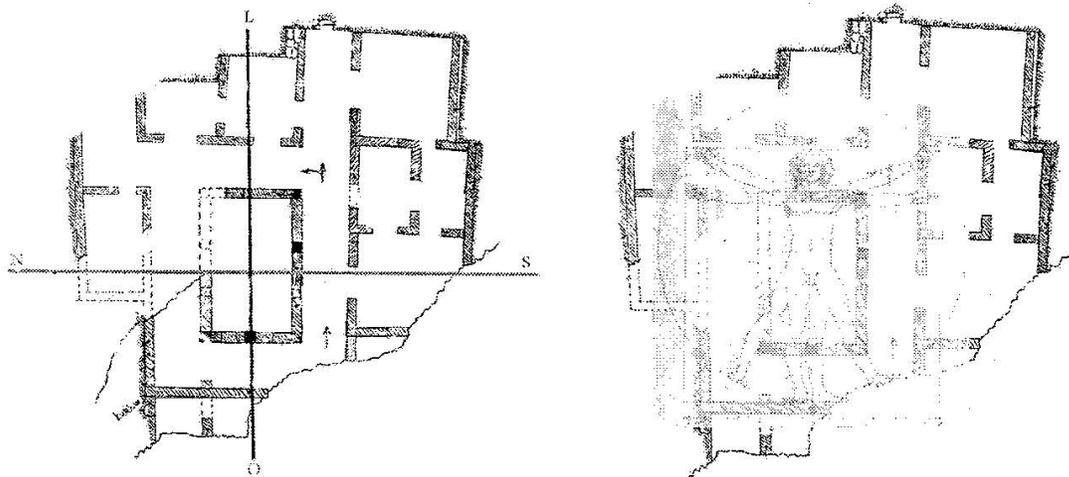


Figura 8

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALCOCK, Susan E. & OSBORNE, Robin (Eds.). *Placing the gods – sanctuaries and Sacred Space in Ancient Greece*. Oxford: Clarendon Press, 1996.
- ANDEL, Tjeerd H. van & RUNNELS, Curtis. *Beyond the Acropolis – a Rural Greek Past*. Stanford: Stanford U.P., 1987.
- ANDERSON, J. C. *Roman Architecture and Society*. Baltimore: Johns Hopkins U.P., 1997.
- ANDREWS, Lew. *Story and space in Renaissance Art – the rebirth of continuous narrative*. Cambridge: Cambridge U.P., 1995.
- BENVENISTE, Émile. *Le vocabulaires des institutions indo-européennes*. Paris: Les Éditions du Minuit, 1969.
- BURKERT, Walter. *The Orientalizing Revolution*. Cambridge: Harvard U.P., 1995.
- CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano*. Petrópolis: Vozes, 1994.
- ECO, Umberto. *Lector in Fabula: la cooperazione interpretativa nei testi narrativi*. Studi Bompiani, 22. Il campo semiotico. Milano: Bompiani, 1979.
- ELIADE, Mircea. *Mito e realidade*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1972.
- _____. *Tratado de história das religiões*. Lisboa: Ed. Cosmos, 1990 [Paris: Payot, 1970].
- GARIN, Eugenio. *Ciência e vida civil no Renascimento italiano*. São Paulo: Ed. Unesp, 1994.
- GRIMAL, Pierre. *Las Ciudades Romanas*. Barcelona: Oikos-Tau, 1991.
- HIRSCHFELD, Y. *The Palestinian Dwelling in The Roman-Byzantine Period*. Jerusalem: Franciscan Printing Press/Israel Exploration Society, 1995.
- HUOT, Jean-Louis, THALMANM, Jean-Paul & VALBELLE, Dominique. *Naissance des Cités*. Paris: Éd. Nathan, 1990.
- JONES, A. H. M. *Cities of the eastern Roman provinces*. Oxford: Oxford U.P., 1998.
- KOLB, Frank. *La Ciudad en la Antigüedad*. Madrid: Gredos, 1992.
- KENT, S. *Domestic Architecture and the Use of Space*. New York: New York U.P., 1990.
- McKAY, A. G. *Houses, Villas and Palaces in the Roman World*. Baltimore: Johns Hopkins, 1998.
- MARGUERON, Jean Claude. *Los Mesopotámicos*. Madrid: Cátedra, 1996.
- MARINATOS, N., HAGG, R. (ed.). *Greek sanctuaries: new approaches*. New York: Routledge, 1995.
- MARTIN, R. Agora et Forum. *EEFR*, LXXXIV, 2, 1972: 906-933.
- _____. *Architecture et urbanisme*. Roma: Ecole française de Rome, 1987.
- _____. *L'urbanisme dans la Grèce antique*. Paris: A. & J. Picard, 1974.
- MATTHIAE, Paolo. *Aux origines de la Syrie – Ebla retrouvé*. Paris: Gallimard, 1996.
- MIEROOP, Marc Van de. *The Ancient Mesopotamian City*. Oxford: Oxford U.P., 1997.

- MONTEQUIM, F.-A. *The planning of Spanish cities in America: characteristics, classification, and main urban features*. Hilliard: Society for American City and Regional Planning History, 1990.
- PARKINS, H. M. (org.). *Roman Urbanism: Beyond the Consumer City*. London/New York: Routledge, 1997.
- PENGLASE, Charles. *Greek Myths and Mesopotamia*. London: Routledge, 1997.
- POLIGNAC, F. de. *Cults, territory and the origins of the greek city-state*. Chicago: Chicago University Press, 1995 [Paris, 1984].
- POUCET, Jacques. L'influence des facteurs politiques dans l'évolution de la geste de Romulus. *Sodalitas*. Napoli: Scritti A. Guarino, 1984, 1-10.
- PRÉAUX, C. *El Mundo helenístico: Grécia y Oriente (323-146 a. de C.)*. Barcelona: Editorial Labor, 1984.
- RECH, Raquel. *A Missão Arqueológica AP XII 98 e sua Relação com a Constituição e Disciplinamento do Espaço Urbano de Apollonia*. (Dissertação de Mestrado). Porto Alegre: PUCRS, 1999.
- REDFIELD, James M. *Nature and Culture in the Iliad*. Chicago: The University of Chicago Press, 1975.
- RICH, J. *The City in Late Antiquity*. New York: Routledge, 1996.
- ROBERTSON, D. S. *Arquitetura Grega e Romana*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- ROJAS-MIX, Miguel. *La plaza mayor: el urbanismo, instrumento de dominio colonial*. Barcelona: Muchnik Editores, 1978.
- ROLL, Israel & TAL, Oren. *Apollonia-Arsuf – the persian and hellenistic periods*. Tel Aviv: Monograph Series of the Sonia and Marco Nadler Institute of Archaeology, v.16, 2000.
- ROSENDAHL, Zeny. *Hierópolis: o sagrado e o urbano*. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 1999.
- SENNETT, Richard. *Carne e Pedra – o corpo e a cidade na civilização ocidental*. Rio de Janeiro: Record, 1997 [1994].
- SEZNEC, Jean. *The Survival of the Pagan Gods*. New York, Harper TorchBooks - The Bolling Library, 1953 [London, 1940].
- SMITH, J. T. *Roman Villas, A Study in Social Structure*. London: Routledge, 1997.
- SNODGRASS, Anthony M. *An Archaeology of Greece*. Berkeley: U.of CA. Press, 1987.
- VERNANT, J.-P. *Mito y pensamiento en la grecia antigua*. Barcelona, Ariel Filosofia, 1983 (em português: *Mito e pensamento entre os gregos*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990).
- VEYNE, Paul (org.). *História da vida privada 1 – do Império Romano ao ano mil*. São Paulo: Cia. das Letras, 1995.
- WARD-PERKINS, J. B. *Cities of ancient Greece and Italy - planning in classical antiquity*, New York: G.Braziller, 1974.
- WEST, Martin. The rise of the greek epic. *JHS* 108 (1988), 151-172.

- WHEELER, Mortimer. *Roman Art and Architecture*. London: Thames & Hudson, 1994.
- WHICHERLEY, R. R. Hellenistic Cities. *Town Planning Review*, Liverpool, v.22. out. 1951.
- _____. *How the Greeks Built Cities*. London: Norton, 1976.
- _____. *The Stones of Athens*. Princeton: Princeton U.P., 1978.
- ZUMTHOR, Paul. *Performance, recepção, leitura*. São Paulo: EDUC, 2000.

NOTAS E REFERÊNCIAS

2. Conforme *Rojas-Mix* (1978), onde aparecem com clareza as relações entre plantas ortogonais, domínio e controle no urbanismo antigo e o projeto urbanístico hispânico colonial. Conforme, também, *Montequim* (1990).
3. Cujas expressão paradigmática encontra-se na obra de *Jean-Pierre Vernant* e sua escola, mas cujos principais conceitos devem ser apreendidos em um conjunto de obras que vai de *James Frazer* e *Jane Harrisson* a *Jan Bremmer* e *Alan Dundes*, de *L. Lévy-Bruhl* e *Mircea Eliade* a *Claude Lévi-Strauss* e *Geoffrey Kirk*, de *Martin Heidegger* e *Walter Otto* a *Walter Burkert* e *Jaa Torrano*, de *Friederich Nietzsche* a *Michel Foucault*, *Jacques Derrida* e *Paul Veyne*, de *George Dumézil*, *Émile Benveniste* e *Eric Havelock* a *Paul Ricoeur*, *Gregory Nagy* e *Claude Calame*, de *Francis Cornford* a *Francisco Murari Pires*, em uma lista certamente inesgotável de obras e referências.
4. Convém destacar que, aqui, me oriento por uma historicização mais ampla do conceito de recepção, ponderando também as funções sociais adscritas ao discurso de memória (resultantes da leitura).
5. Desde a filosofia revolucionária dos séculos VII a V a.C. (outrora dita pré-socrática) até a maturidade da doutrina alegórica, na justificativa neoplatônica de Salústio (o colaborador de Juliano), passando pela retórica e a sofística clássicas, Platão e Aristóteles, o epicurismo, o evemerismo e a erudição alexandrina, Plotino e Porfírio de Tiro.
6. Como síntese analítica do conceito de mito e de sua fortuna histórica como categoria, destaque-se *Mythe et histoire dans l'Antiquité grecque*, de *Claude Calame* (1996), especialmente em seu primeiro capítulo ("Illusions de la mythologie", p.9-55). Conforme, também, *Redfield* (1975) e *Seznec* (1953).
7. Assim *Vernant* por vezes denomina seus estudos. *Jean-Pierre Vernant*, junto com *Marcel Detienne*, é autor da obra em que melhor se expressam os paradigmas atuais do estudo do mito (Calame, 1996, p.18, n.14), em livros de permanente vigor e atualidade.
8. Conforme, nesta vertente que relaciona gregos e orientais em torno de mitos, *Burkert* (1995) e *Penglase* (1997), além de *West* (1988). O mito do herói é outro imenso tecido de narrativas a envolver muitas sociedades antigas.

9. Conforme *Marinatos & Hagg* (1995) e *Alcock & Osborne* (1996).
10. Uma aplicação recente e criativa destes modelos ao caso brasileiro e latino-americano, pensando o conceito de cidade e também certos espaços sagrados no Rio de Janeiro, está em Rosendahl (1999).
11. Onde co-dirigimos, com o prezado professor doutor *Israel Roll* (Tel Aviv University, Department of Classics), a exploração da área E. Conforme <http://www.ufrgs.br/antiga>.